

## "A GENTE COMBINAMOS DE NÃO MORRER": *ESCREVIVÊNCIAS DE UMA PESQUISA-INTERVENÇÃO NA SOCIOEDUCAÇÃO*

UZIEL<sup>I</sup>, Anna Paula  
MELLO<sup>II</sup>, Igor Luiz Santos  
PACHECO<sup>III</sup>, Gabriela Moura  
COSTA<sup>IV</sup>, Ana Carolina de Paula da

### Resumo

A partir do conceito de Escrevivências, de Conceição Evaristo, e da perspectiva teórico-metodológica da Análise Institucional, o objetivo deste texto é discutir de que formas a violência de Estado, marcada por gênero e raça, atravessa a vida de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (MSE) de internação, em uma unidade do Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro e o nosso trabalho com eles em rodas de conversa. Também temos como fonte de trabalho, processos judiciais que retratam o caminho jurídico desses jovens até a MSE. A violência é a forma de contato estabelecida com esta parcela da população que, apesar disso, insiste em resistir, tecendo sobrevivências, modulações à luta por direitos básicos e entremeando-se em escrevivências como esta. Enfim, costurando através das palavras formas (im)possíveis de viver em uma sociedade genocida.

**Palavras-chave:** Socioeducação; Juventude; Interseccionalidade; Gênero; Psicologia.

## "WE AGREED NOT TO DIE": *ESCREVIVÊNCIAS FROM A RESEARCH-INTERVENTION IN SOCIO-EDUCATION*

### Abstract

*Based on the concept of Escrevivências, by Conceição Evaristo, and on the theoretical-methodological perspective of Institutional Analysis, this paper aims at discussing how gender and race biased Governmental violence affects the lives of adolescents interned in a unit of the Social-Educational System in Rio de Janeiro for socio-educational measures (MSE). Conversation sessions with the interns as well as the legal documents that trace the path of these young people to the MSE were also considered. Despite all the violence, these adolescents resist and fight for basic rights, while reporting their stories and with words draw (im)possible ways of living in a genocidal society.*

**Keywords:** Socioeducation; Youth; Intersectionality; Gender; Psychology.

## “NOSOTROS COMBINAMOS DE NO MURIR”: ESCRIVÊNCIAS DE UNA INVESTIGACIÓN-INTERVENCIÓN EN SOCIOEDUCACIÓN

### Resumen

*A partir del concepto de Escrevivências, de Conceição Evaristo, y de la perspectiva teórico-metodológica del Análisis Institucional, el objetivo de este texto es discutir de qué formas la violencia de Estado, marcada por el género y la raza, atraviesa la vida de los adolescentes en cumplimiento de una medida socioeducativa (MSE) de internamiento en una unidad del Sistema Socioeducativo en Río de Janeiro y nuestro trabajo con ellos en círculos de conversación. También tenemos como fuente de trabajo los procesos judiciales que retratan el camino legal de estos jóvenes hacia la EMS. La violencia es la forma de contacto que se establece con esta parte de la población que, a pesar de ello, insiste en resistir, tejiendo supervivencia, modulaciones a la lucha por los derechos básicos y entremezclándose en experiencias como esta. Por último, coser a través de las palabras (im)posibles formas de vivir en una sociedad genocida.*

**Palabras-clave:** Socioeducación; Juventud; Interseccionalidad; Género; Psicología.

---

2

### INTRODUÇÃO

A violência é um processo social que compõe a vida cotidiana das mais diversas maneiras. Para os corpos socialmente marginalizados no Brasil, como negros e pobres, as práticas de violência estão implícitas desde o sangue que escoia nas e das favelas até a maneira como a dor passa a ser significada por eles.

Seus sofrimentos podem se dar entrelaçados à capacidade de reprimir emoções, entendida como sinônimo de força (bell hooks, 2010). E frequentemente o sofrimento se inscreve nas disputas em torno da sua segurança material: onde a qualquer momento terão a casa invadida, o corpo alvejado e o berro cerceado em nome da “segurança pública”, discurso propagado pelo Estado. A violência medeia os afetos, a dor, a construção das subjetividades e os campos de escolha possíveis aos indivíduos que habitam nesta realidade (Sawaia, 1999).

Nas palavras de Vianna e Lowenkron (2017), “Estado”, para além de ser um conceito, é também o termo “que designa unidades sociopolíticas, institucionalidades e fronteiras que moldam e afetam tanto ordens macropolíticas, quanto rotinas burocráticas que nos regem a todos cotidianamente” (p.2). E, se não é possível pensar em relações de gênero que não sejam atravessadas pelo Estado, “não há processos de Estado que não sejam atravessados por dinâmicas, gramáticas e/ou dispositivos generificados” (p.3). As práticas cotidianas não

existem fora do Estado, mas através dele passam a ser compreensíveis. E esses modos de regulação, oficiais ou não, constituem corpos, afetos, sujeitos, classificando-os como mais ou menos desejáveis, mais ou menos inteligíveis (Vianna & Lowenkron, 2017), abjetos, que exigiriam um controle mais rígido e violento.

As relações de gênero se inscrevem nesta tessitura e produzem variadas dinâmicas e marcas. No entanto, não é só o gênero que compõe o Estado. A cor da pele, o território, a classe social, a geração são outros marcadores sociais que no Brasil gritam quando falamos de Estado e das formas como ele se institui, se espraia e se transforma. A interseccionalidade, enquanto conceito que compreende a interação entre marcadores sociais, torna-se fundamental para esta discussão, pois nos dá pistas para pensar as linhas e interdições que levam às relações de gênero pautadas na violação do corpo sem perder de vista a presença de outras dimensões como a cor, a classe e tantos mais. O uso do paradigma interseccional, então, apresenta-se aqui como ferramenta de análise para as variadas produções de opressão, bem como as infinitas e revolucionárias estratégias de enfrentamento. Ou seja, não é possível eleger apenas um marcador para ser posto em análise, e nem é relegada a dimensão da singularidade que diz respeito aos modos como cada pessoa irá se apropriar e se relacionar com o mundo, a partir e para além dos processos de violação.

Esta escrita, aliás, se dá no exercício de criação de novos discursos e de uma outra linguagem no que toca às produções acadêmicas sobre povos marginalizados (Kilomba, 2019). Estrutura-se neste trabalho algo que se enlaça entre o que foi produzido em conjunto e as próprias vidas de quem integrou este encontro. Portanto, adota-se o conceito de *Escrevivência*, cunhado no universo literário em 1987 por Conceição Evaristo (2018), como metodologia de investigação e produção de conhecimento implicado. Pois, o que se desenvolve aqui rompe com a suposta neutralidade exigida em alguns textos acadêmicos, pelo fato de que seus limites não comportam os matizes das cores das peles, as texturas das vozes, os cheiros e as faces que por vezes sorriem, se enfurecem, ameaçam e desaguam em lágrimas jamais antes possíveis no escopo de uma realidade onde alguns corpos não possuem direito à fragilidade (Neves & Heckert, 2021).

Soma-se às *Escrevivências*, a perspectiva da pesquisa-intervenção presente na Análise Institucional, entendendo que esta ferramenta teórica, segundo Rocha e Aguiar (2003), redimensiona a formação da Psicologia, porque aponta a impossibilidade de se prescindir de uma dimensão sócio-histórica-política e promove uma análise das implicações de quem se propõe a intervir, por entender que práticas cotidianas são complexas e heterogêneas. Na pesquisa-intervenção, as "noções de sujeito e objeto, de pesquisador e campo de pesquisa são colocadas em análise" (Nascimento & Coimbra, 2008, p.144).

As narrativas e reflexões que aqui se apresentam são fruto das experiências de pesquisa-intervenção com processos de meninas em cumprimento de medidas socioeducativas e com um estágio no DEGASE (Departamento Geral de Ações

Socioeducativas) através de rodas de conversa com jovens, de gênero masculino, que cumprem medida socioeducativa (MSE) de internação, a mais gravosa do Sistema Socioeducativo. Trata-se de um campo de investigação e prática onde o que se escuta reflete experiências de vida cujas extensões políticas tocam os corpos e a superfície do que a academia supõe saber e nos afeta, enquanto grupo, de diferentes formas. A análise desta afetação integra o escopo da pesquisa.

Deparamo-nos, ao longo do trabalho, com afetações, identificações e incômodos que nos provocam e provam que os referenciais teórico-metodológicos da Psicologia precisam ser pensados e reinventados; precisamos pensar sobre nossas perguntas e onde podem nos levar. E a Análise Institucional, que inspira este trabalho, é uma ferramenta potente. À vista disso, entendendo que habitamos uma realidade onde a inexistência destes corpos nas ruas traduz-se em um bem-estar social para as classes dominantes, como podemos produzir cuidado? De que maneira trabalhamos a análise de nossas implicações para que a escuta se torne um convite para o sujeito marginalizado falar?

Este artigo pretende discutir as tensões presentes no desenvolvimento de um trabalho com adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, usando gênero e raça para pensar as desigualdades que tanto circunscrevem os jovens do DEGASE como as pessoas que pesquisam e escrevem este trabalho.

4

## **Os encontros**

Para este artigo elegemos tratar de duas inserções do nosso grupo, composto por docente e estudantes de Psicologia, no Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro: uma pesquisa em processos da justiça a partir dos quais analisamos a inserção de adolescentes no Sistema e um trabalho de estágio-extensão em contato direto com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, através de rodas de conversa. Ambos mobilizam emoções como raiva, indignação, medo, vontade de transformar, surpresa. E é com essas emoções à flor da pele que seguimos com nosso corpo vibrátil (Rolnik, 1989), que nos permite não apenas ter novos elementos para entender e vivenciar o campo, mas para colocar em análise o que experimentamos.

Nossa inserção nos dois projetos se dá a partir da perspectiva teórica da Análise Institucional, que nos oferece ferramentas para estar em campo.

A pesquisa e a intervenção são situadas como processos indissociáveis que concomitantemente compreendem e forjam a realidade que se busca compreender. Consideramos estes dois movimentos, quando amalgamados, como mobilizadores da atividade criadora, em direção ao rearranjo de práticas, discursos e ações da psicologia em seus encontros com distintos cenários (Cavagnoli & Maheirie, 2020, p.64).

Essas práticas, discursos e ações nos permitem formular novas questões, balançar ou destituir outras, produzindo movimento, provocações, nem sempre respostas sólidas e duradouras.

A pesquisa consiste na leitura e análise dos processos judiciais, onde discutimos as diversas peças que os constituem como a representação do Ministério Público, as sentenças de magistradas/os e os relatórios das equipes técnicas - psicologia, serviço social e pedagogia – que subsidiam as (re)avaliações das medidas. Já o campo de estágio-extensão, que consiste em rodas de conversa com jovens que cumprem medida socioeducativa de internação, passou por significativas mudanças ao se manter ativo na pandemia, sem ida até as unidades, mas com leituras sobre o tema, seguido de grupos virtuais e começar em 2022 as atividades presenciais. Tal transição produziu tensionamentos potentes ao passo que partimos de uma posição inicial ainda antes do contato com as unidades do sistema, de equipe de estágio “sem campo” para, em seguida, atuantes em um espaço que nos afeta e nos convoca a analisarmos nossa implicação, seja no campo virtual, seja presencial, com todas as diferenças que essas intervenções evocam.

O estágio se iniciou com os desafios de um campo diferente do que se pretendia: enquanto negociávamos a entrada nas unidades, veio à pandemia e nos deixou “sem campo”. A pandemia do Covid-19 produziu reflexões para além daquelas que cabiam até então em nosso repertório: a impossibilidade de deslocamento nos levava a pensar em suas aproximações e afastamentos com a vivência dos adolescentes do Sistema Socioeducativo, impedidos de sair, contidos em seus desejos. A pandemia nos exigia pensar sobre esses tensionamentos. Ainda que nossa condição fosse bem distinta, pois estávamos em casa, com acesso ao mundo através da internet, não tínhamos vivido, até então, uma experiência forçada de confinamento. O fechamento das unidades, assim como o lockdown da pandemia, se colocou como parte do “campo”, evidenciando um lugar e uma experiência diferentes do que seria convencional, e gerou afetos e elaborações.

No entanto, passado quase um ano, que também contou com a entrada de novos/as estudantes no grupo, a flexibilização das medidas de segurança da pandemia, respeitando os limites da saúde pública, possibilitou planejarmos trabalhos presenciais do estágio. O campo que antes estava sendo construído em frente às telas passou a ser olho no olho, corpo a corpo. A oportunidade de vivenciar o campo desejado, o contato com o local físico, que foi tema de debate e de sonhos por muito tempo, trouxe um sentimento de (re)começo e potência dos encontros. Passamos a ir quinzenalmente à unidade, mantendo ainda atividades remotas para complementar.

No nosso cotidiano, meninos. Na lei, adolescentes. Dentro das unidades socioeducativas, nem sempre adolescentes, mas também jovens, visto que por vezes ficam cumprindo medida socioeducativa até os 21 anos. Afinal, quem são essas pessoas que desde 2021 vêm frequentando nossas rodas de conversa, compartilhando suas histórias, angústias, conquistas, medos? São gente de pele preta e parda, moradores de periferias ou

comunidades, regiões abandonadas pelas políticas públicas, mas que conhecem bem a abordagem penal.

Em um trabalho sobre jovens de camadas populares cariocas, o mesmo público que está no DEGASE, Savegnago e Castro (2020) apontam uma característica que perpassa também os meninos com quem trabalhamos. A vida é pautada pelo imediato, pois, "além da imprevisibilidade e das incertezas que marcam suas vidas, o amanhã muitas vezes fracassa em proporcionar possibilidades de concretização de suas aspirações"(p.2). Para muitos, tanto da pesquisa apresentada, quanto aqueles com quem convivemos, deixaram a escola cedo.

Os encontros presenciais com os meninos foram pensados de diferentes formas por nós, o que, porém, ainda era bem distante do que tinha sido possível imaginar,

As afetações que a estrutura física gerava, bem como os efeitos das regras e dinâmica que conformam as unidades de socioeducação tiveram muitos efeitos em nossos corpos. Esse cotidiano não nos era possível acompanhar a partir da tela. Tampouco o jogo dos corpos dos meninos durante e logo após a atividade, que expressam satisfação, indiferença, mas também tensões entre eles.

Nos nossos encontros presenciais, saber e pronunciar seus nomes, que eram tão importantes para nós, que nos pareciam tão vitais para demonstrar reconhecimento e cuidado, prática que nos diferenciaria daquelas que julgamos opressoras, transformando gente em número, mudaram de sentido. Naquele ambiente de cuidado e afeto que construíamos junto aos meninos, eles não se importavam que seus nomes, como os nossos, figurassem nos crachás que ajudavam a memorização. O tratamento por número os protege a partir do momento em que estiverem livres, pois se forem encontrados por meninos ou agentes na rua, seus nomes não serão conhecidos. Estar em campo é escutar com atenção sentidos produzidos, desconhecidos, novos.

Ao circularmos na unidade, nos deparamos com rostos por entre as grades pedindo por cultura e lazer, por atenção, por simplesmente poder fazer algo, sair dali por alguns instantes. A ida à unidade nos provocou vários deslocamentos. Tirava-nos da estranheza e do conforto das telas, nos proporcionava um pré e um pós contato interno do nosso grupo no carro até lá, nos ofertava uma convivência de equipe que até então não tínhamos. Revelava características nossas que desconhecíamos, pelo longo tempo que nosso grupo teve de contato apenas em frente à tela, falando simplesmente sobre o estágio ou com os adolescentes. Seguimos nosso trabalho com afetações diferentes, voltando a aprender a encontrar pessoas, conhecer lugares com seus cheiros, barulhos, movimentos, produzindo coletivos e vivenciando singularidades, vendo a interseccionalidade aparecer e se construir ali, nas experimentações.

Nos encontros remotos, usamos a música como dispositivo e como disparador de conversas, optando pelo gênero musical de interesse dos meninos, como o funk. Através das músicas tivemos diversos diálogos, sendo estes atravessados pelo gênero e demais relações

de poder. Todos os encontros eram convites para pensar sobre o que é, para eles, romance, família e as diferenças de se estar ali dentro e "na pista" - a forma como nomeiam os espaços e contextos de liberdade, por vezes ligados ao tráfico. Era importante que nesses diálogos houvesse espaço para manifestações diversas, que se sentissem acolhidos por nós; importante termos disposição para ouvir falas que muitas vezes identificamos como violentas, que nos causam incômodos, sendo com frequência preconceituosas. Estávamos atentas e atentos, todavia, ao contexto de onde vinham: corpos marcados por múltiplas violências, em várias instâncias, muitas vezes naturalizadas, e era importante que nossos encontros não fossem marcados por simples responsabilizações ou culpabilizações - formatos já conhecidos por quem tem, no Estado, aquele que vigia e pune, e não o que oferta serviços e garante direitos.

O virtual, embora potente, não nos revelava a dimensão desses encontros, confrontos, negociações, por mais que estivessem presentes. A distância que a tela também produz, como a impossibilidade de olhar nos olhos, ter que pedir para repetir o que a tecnologia não nos permitia ouvir de forma nítida, geravam uma distância que talvez só tenha ficado mais evidente quando nos encontramos de fato para dar continuidade às rodas de conversa.

Já nos encontros presenciais, de "corpo presente" com os meninos, os mesmos discursos difíceis de escutar se repetiam, só que dessa vez nos trazendo um incômodo maior. Foi mais fácil ouvir enquanto havia uma tela nos separando, nos levando a um distanciamento, mas ouvir "face a face" é mais forte. Não conseguimos desviar o olhar, disfarçar a tensão corporal, a expressão facial, fazendo com que o ambiente se tornasse outro. O encontro destes corpos, que antes estavam distantes, forjou uma conversa para além do que poderia ser enunciado. Onde nossas cores, tamanhos, sotaques, se somavam e sumiam em diferentes momentos, gerando tensões e/ou confortos.

A análise de implicação, mais do que nunca, se mostrou uma ferramenta potente e que permitia o trabalho, pois ela põe "em xeque o lugar sagrado e inquestionável dos chamados especialistas" (Nascimento & Coimbra, 2008, p.143) e nos coloca em cena, quando duvida da possibilidade da neutralidade em pesquisa. As nossas trocas com os meninos serviam também para pensarmos nossas posições tanto diante do que era trazido, muito similar no grupo, quanto os lugares sociais que ocupamos. "A proposta de analisar nossas implicações é uma forma de pensar, cotidianamente, como vêm se dando nossas diferentes intervenções" (Nascimento e Coimbra, 2008, p. 146).

Os traços franceses, as identificações e aproximações de territórios, de experiências, as texturas de cabelo, as marcas das roupas vestidas por nós, os tipos de celulares, idades mais próximas ou mais distantes das deles e as gírias apresentam-se como elementos que chegam antes mesmo do conteúdo das nossas falas. Este tipo de presença e o afeto que era construído entre nós faziam com que, às vezes, eles repensassem o que diziam, ou fizessem ressalvas para nos aproximar. "Eu não gosto de menina gordinha, mas você é bonita!", um

deles afirmou apontando para uma das estagiárias. Em outros momentos, esta presença era o que possibilitava diálogos acerca do racismo, do território, da esperança de ter outras oportunidades e de talvez conhecer a UERJ, o nosso lugar, a universidade vinculada ao projeto e pioneira em ações afirmativas. Era importante afirmarmos que eles cabem na UERJ.

Os encontros presenciais proporcionaram questionamentos mais íntimos com a arquitetura e as relações de poder existentes no local. Os muros altos, o uso de algema, a obrigação de andar com as mãos para trás e a identificação por número trouxeram afetações para pessoas do grupo que nunca tinham adentrado uma unidade socioeducativa. E alicerçado à leitura dos processos jurídicos, ocorrendo paralelamente desde os encontros virtuais, construiu-se uma experiência no campo também consciente do discurso legal, daquilo que se relega da fala do jovem e o que se condensa de sua história para a decisão de uma medida. As leituras de tais processos foram fundamentais para compreender a rede que se tece entre o sistema de justiça e a vivência de um corpo jovem marginalizado, encontrando nos verbetes e alegações dos documentos jurídicos as fronteiras que compõem tacitamente a desigualdade social.

A escrevivência, que dá nome ao texto e nos inspira, é tomada aqui como possibilidade de narrar essas histórias, esses encontros, a partir e fora dos documentos judiciais - papéis que escrevem parte da história desses jovens - entre corpos que não se reduzem a de estagiários, estagiárias, professora, internos e profissionais da unidade. Trata-se também da colisão entre universitários cotistas, pobres, de territórios marginalizados, e jovens do sistema que por si só desestabilizam a justaposição do que se instaura enquanto certeza; projeto de vida e futuro para todos nós. É neste encontro que a intelectualidade retorna às juventudes periféricas em ações transformadoras, trocando experiências dentro e fora da academia, no enlace de “trajetórias (das) quebradas” que, dialeticamente, carregam uma carga dolorosa e libertadora (Imbrizi, Souza & Gomes, 2021, p.107). Portanto, as histórias e memórias que são descritas e pensadas aqui se atravessam e con(fundem)<sup>1</sup> com a vida de quem pesquisa: escrevemos a partir da posição que descobrimos habitar junto a eles e a partir do que ouvimos; nesta caligrafia, suas vozes se presentificam.

Tais falas tornam-se basilares no que toca à análise da instituição DEGASE, e igualmente às instituições de fora, que compõem a cultura, instauram parâmetros de normalidade aliados a uma necropolítica (Mbembe, 2016). Ao nos sentarmos para almoçar nos deparamos com obras dos jovens assinadas por seus respectivos números, não nomes. Por uma necessidade de proteção, seja frente aos agentes ou outros internos, eles por vezes utilizam o vulgo ou número em fuga ao próprio nome. Em virtude da impossibilidade de suas assinaturas e suas autorias em textualidades como esta, redigimos a escrevivência de modo

---

<sup>1</sup> Jogo de palavras proposto por Neves & Heckert, 2021.

a assegurar a ressonância de seus desabafos e o eco de uma possível vida-liberdade, como poetisa Conceição Evaristo (2008).

Seus protagonismos se dobram entre as fronteiras do cárcere e do emudecimento sistemático, para aqui se fazer nas mãos dos estudantes e da professora que os ouviram, aprenderam com eles e foram afetados pela verborragia de inúmeros modos de sobrevivência. Não salientamos aqui, algo que eles próprios, por vezes, não reconheçam ou não tenham debatido conosco. Eiva-se de sentido, portanto, nestas palavras, as experiências da rua, do tráfico e da medida socioeducativa que se transfigura em sentença. Numa trama de nós que volta a eles.

## **GÊNERO E RAÇA EM DOBRA**

A partir de trechos do trabalho com os meninos e com inspiração na leitura de processos de meninos e meninas, vamos discutir formas como o gênero se corporifica, seja para organizar espaços, seja para desqualificar corpos, afetos, ou ainda para estabelecer relações na unidade socioeducativa. E como a raça/cor da pele é apagada e parece surpreender quando fica evidente, sobretudo que ela dá sentido para a existência de espaços como a prisão e as unidades socioeducativas. São os corpos negros que ali se encontram, lotam os alojamentos, mas também vigiam, reprimem e ameaçam.

E por que falar em dobra? Pensar em dobra é olhar “necessariamente dos dois lados que ela distingue, lados que ela relaciona um ao outro ao distingui-los: cisão em que cada termo relança o outro, tensão em que cada dobra é distendida na outra” (Deleuze, 2012, p. 58-59). Dobra parece um conceito potente para pensar instituições de privação de liberdade, como diz D’Angelo (2021, p.22): “dobrar a prisão, assim, é acompanhar os modos como sujeitos diversos são atravessados pela prisão, buscar acompanhar os fios que interconectam prisão e rua por meio de seus muros”. Apesar de não estarmos tratando de prisão, o sistema socioeducativo é também uma instituição de privação de liberdade e de preservação da ordem, como dizem Bicalho, Rossotti e Reishoffer. (2016). Ordem esta que é anunciada para justificar violências. “Quando a vida emerge como uma questão política para o capitalismo eficiente, tanto pela administração concomitante dos corpos, acompanhada de uma gestão calculada da vida, “A Ordem” parece um discurso de saber-poder interessante” (Bicalho et al, 2016, p.89).

Neste trabalho, dobramos gênero e raça para pensar nos atravessamentos dos muros altos, com artifícios antifuga; para pensar nas brechas e porosidades que contribuem na composição de quem está ali dentro. Como perturbar discursos que endurecem medidas “a fim de evitar o desenvolvimento de uma personalidade voltada para a prática de crimes”, como literalmente encontramos em alguns processos?

Nosso ofício nas rodas está pautado em uma experiência de escuta em que o jovem se sinta convidado a falar sobre qualquer coisa. Dentro dessa possibilidade, no entanto, nos confrontamos com o impossível de nossa prática.

No que toca às discussões de gênero, ouvimos muitos relatos, nas rodas de conversa, sobre experiências românticas que se entrelaçam profundamente com a violência. Em uma conversa sobre relacionamentos, a partir de músicas de amor, um jovem declarou que agredia a namorada e justificou: "bato nela para ela ficar ligada". Essa fala nos convidou a um deslocamento laborioso, à medida que nos inseriu em uma posição perturbadora e, por isso, nos faz pensar. O que esse "ficar ligada" pode significar, das diferentes formas de dominação patriarcal a condutas próprias da masculinidade compulsória em contextos marginalizados? Para este menino, a afirmação ou o ato que a inspirou não se inscreve apenas como ato violento, mas como atenção dirigida a alguém com quem ele se importa. E essa atenção vem na forma de violência. Até a demonstração de interesse e atenção é violenta.

Há também um relato de um jovem que descreve certo incômodo ao ser elogiado por sua namorada: "quando ela me elogia digo que vou bater". Quando o tema é relações afetivas, através dessa e de outras falas dos adolescentes, o afeto ou sua demonstração, ou ainda gostar ou precisar ser amado parece ser visto por membros deste grupo como uma demonstração de fraqueza. E a exibição de poder nas relações amorosas que viveram ou vivem é condição de sobrevivência e garantia de uma masculinidade hegemônica. A impossibilidade de ir e vir, que acontece tanto com as limitações de quem tem uma vinculação clara com o tráfico, quanto com o tempo em que estão detidos, faz com que construam outras formas de garantir seus lugares nas relações amorosas. A mãe vigia, os encontros são marcados por ameaça, mas em alguns casos também acham mais prudente terminar o relacionamento por não se poder garantir o desejo ou o respeito às regras durante o tempo em que estão afastados.

A agressão contra uma mulher, assim, se inscreve também em uma lógica de sobrevivência. Afinal, há regras sobre como e onde a masculinidade precisa ser demarcada, para a própria subsistência do homem no território, e ao mesmo tempo diz respeito também a formas de se relacionar afetivamente; necessitam da demonstração de força e poder para se manterem vivos, atuantes e dignos ao vulgo (apelido, nome de guerra) que portam. Requer, para entender tais complexidades, estarmos atentos à violência tanto em suas opacidades quanto em sua ostensividade. Não à toa, elaboramos nesta escrita reflexões acerca de narrativas que frequentemente estão à margem quando nos debruçamos em estudos da Psicologia. Pois se aproximam de circunstâncias onde a raiva do sujeito precisa ser sustentada, não pacificada, onde podemos ser atravessados pelo medo, pela tensão do território, no difícil resgate de processos de singularidade em contextos onde o genocídio é um projeto político do Estado.

A posição da mulher é com frequência a de um objeto subjugado; é necessário ter o controle da relação, pois “mulheres não são confiáveis”. Quando relatam violências contra suas companheiras, por vezes são pautadas em justificativas cuja responsabilidade é atribuída à mulher, que seria a vítima, como se a agressão estivesse guiada em uma lógica de merecimento ou escolha, como se a mulher merecesse, pois “às vezes dão mole”, ou quisessem ser vitimadas: “tem mulheres que pedem: me bate, então!”.

Já na pesquisa dos processos, notamos o lugar ambíguo da mãe, descrito pelos operadores do Direito. Se, por um lado, a existência de uma mãe e sua presença durante o cumprimento da MSE imprime uma segurança familiar, por outro ela é responsabilizada por qualquer “desvio” da menina que comete ato infracional. Soma-se a vida sexual das mulheres e meninas, que também se tornam pautas moralizantes que visam sempre deslegitimar afirmações ou acusações feitas por elas contra violências na rua ou depois de adentrarem o Sistema.

O risco de macular a honra masculina e a falta de confiança nas mulheres atravessa e constitui a masculinidade e justificam o controle dos corpos femininos. Durante a internação, essa compreensão parece exacerbada.

O tema família também aparece em muitos momentos e é atravessado por lembranças de fora dos muros. Frequentemente são descritas diversas organizações familiares, com variadas figuras femininas, e muitas vezes uma avó passa a ser também chamada de mãe ou simplesmente assume este lugar. A distância da família apresenta-se como uma questão de angústia para alguns, para outros é temporária, há até aqueles que preferem não ser vistos pelos familiares, incluindo os próprios filhos, na instituição - por vergonha, infligir sofrimento, ou ainda medo de dar mal exemplo. Para os que são oriundos de regiões mais distantes e, dificilmente, ou nunca, recebem visita, a distância geralmente é narrada com pesar.

Nos processos, a família costuma ser culpabilizada pelos motivos que levaram os jovens à instituição ou se salva a família, reconhecendo o esforço em vão de familiares, acreditando que o problema é do/a adolescente que não soube dar valor ao amor ou aproveitar as oportunidades. Há uma aposta em um modelo de família naturalizado e ideal que contrasta com a dura realidade das famílias vulnerabilizadas. E são as mulheres as figuras mais presentes nas famílias, há cobrança em relação a elas, pouco se destaca sobre este pai que não existe ou não comparece. A responsabilidade do Estado e a imensa desigualdade social na qual nos encontramos não costuma aparecer como relacionada à situação.

Ainda no campo das naturalizações, a cisheteronormatividade salta aos olhos. Em uma das rodas, com uma pequena dinâmica de apresentação, na qual cada um arremessa a bola para o outro e, ao segurar, afirma o que gosta, um dos meninos disse: “eu gosto de mulher!”. A afirmativa gerou em um dos estagiários, por ser um corpo sexualmente dissidente, um estranhamento que o levou a se perguntar se caberia dizer “gosto de pessoas

do mesmo sexo que eu”. O que esta afirmação calaria ou faria falar? A que enfrentamentos estamos dispostos? O que nos impede ou nos facilita na promoção de tensionamentos?

Além do gênero, a raça aparece com força neste campo. O racismo é a macrocausa da violência, por conta da noção de raça que vem se construindo desde os tempos do Brasil colônia (Gomes & Laborne, 2018). Em um relatório sobre jovens em situação de privação de liberdade no Degase (Silva & Julião, 2018), observa-se que, somando pretos e pardos, predomina jovens negros - cerca de 76,2% - no Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro. Este fora um dos primeiros elementos de análise no início de nosso trabalho, no qual os meninos de pele escura eram os primeiros nos índices e debates acerca da violência, no entanto, ao realizar as oficinas nos deparamos com a maioria de pele clara na unidade. Diante desses dados, nos questionamos, partindo das várias complexidades que dizem respeito ao reconhecer-se enquanto negro, sobre os conflitos entre a hétero e autoidentificação.

Neste relatório, 19,9% dos jovens se declararam brancos, porém cabe refletir sobre o colorismo, enquanto processo que produz o epistemicídio e o branqueamento dos traços, cores e corpos, como prática que promete um afastamento da violência cotidiana. As pessoas negras de pele clara por vezes vivem a experiência de não saberem se nomear no que tange a cor, talvez por serem claras demais para negras e escuras demais para brancas. Há ainda o dado de 2% de jovens que não se identificaram com nenhuma das alternativas de grupos étnicos: o que isso significa?

Os matizes que compõem a instituição precisam ser pensados, não apenas para produzir reflexões sobre quais corpos e quais sujeitos são levados à instituição, mas sim sobre o que os dados ainda não dizem. Ao nos deparamos, por exemplo, com a minoria de negros de pele escura nos cabe questionar se de fato eles são menos apreendidos ou são mais mortos pela polícia, milícia, tráfico, e por isso nem chegam às unidades de socioeducação.

As diferenças entre os tons na abordagem policial também aparecem nas falas dos jovens, onde a intensidade da violência e os diferentes níveis de vulnerabilidade se destacam: “olha na ficha, é preto, vai preso”. O não-acesso a vários espaços e recursos, sobretudo quando fora do tráfico, é um dos elementos que mais os circunscrevem em uma posição onde não há o que fazer: “É mais fácil um projeto de fora oferecer as coisas, do que o próprio Estado”. Para muitos, aliás, realmente não há outro campo possível de agenciamento. Pois ainda que estejamos exercitando potencialidades e ressignificando narrativas, tais jovens habitam um mundo onde o genocídio dos seus corpos está atrelado ao discurso de segurança pública: “tudo tem cheiro de morte”, como eles nos disseram, inspirados na música “Filho do dono”, de Oruam.

O odor do genocídio também paira sob suas mocidades e lhes garante outras significações. Quando o “negro” é inventado como raça, demarcando lugares e formas de tratamento, a criança de tom escuro perde seu estatuto de alguém a ser cuidado. Ainda

hoje, crianças negras são vistas como menos inocentes, supondo-se que precisam de menos proteção (Epstein, Blake & Gonzalez, 2017). E isto escoa nas medidas mais gravosas atribuídas a esses jovens, na desconsideração de seus contextos, dificuldades e a peculiar condição de seu desenvolvimento atrelado a vulnerabilidades. A adulez compulsória do discurso racista traduz suas experiências de juventude em outra atmosfera, ali onde a desumanização se costura no discurso legal.

À vista disso, ponderar acerca de suas vozes, na expressão de seus protagonismos e juventudes, requer circunscrever primeiro uma vida-jovem-nua, inspirando-se em Agamben, sobre aquela vida que qualquer um pode tirar sem o julgo de homicídio, que qualquer um pode levar à morte; é a vida matável, que pode ser usada, escravizada, tornada subalterna e chamada de macaco (Agamben, 2002).

Em *Juventudes em Luta Pela Vida*, Imbrizi et al. (2021), igualmente apoiadas na escrevivência como forma de denúncia às opressões, trazem as juventudes no plural devido aos distintos marcadores sociais e experiências, como solos para reflexões em torno da ideia de proteção social enquanto direito fundamental. De modo a pensar a quem serve esta proteção, se tais jovens são tanto vítimas de homicídios e violências, como as produzem na resistência às condições de desigualdade social das cidades:

Ou seja, há uma violação de direitos cotidiana voltada aos jovens brasileiros pobres, causada pela ausência do Estado em exercer sua alegada função de proteção às suas vidas, por meio da oferta de instituições de qualidade para as suas formações como sujeitos críticos no mundo. Ao invés disso, a juventude brasileira está na linha de tiro dos policiais que agem em nome das leis vinculadas às políticas de morte (Mbembe, 2018) e está abandonada à própria fome e sorte (Imbrizi et al., 2021, p.103).

No que toca esta vida, embora se preconize no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - que a internação deva ser aplicada como último recurso, nos processos ela é a MSE, ainda que o jovem sofra de questões psiquiátricas, ou esteja tentando se defender ao cometer o ato infracional, ou necessite do cobertor o qual roubou. A internação por vezes é a chave mestra para as suspeitas de “personalidades criminosas”, dilemas familiares e jovens “adultos demais” para os atos cometidos.

O próprio ECA é frequentemente citado pelos juízes na decisão de medidas que pouco se associavam ao relato do jovem, factualmente distante de uma escuta atenta ao que é possível ser dito por ele. Frente a casos complexos, entremeados à falta de assistência social, de saúde, com pobreza, violência e abusos extremos, findam a análise dos testemunhos com a assertiva: “agora só falta decidir a medida”. E notoriamente a medida tampouco é o que se apresenta para suprir o que aparece como necessidade nos relatórios por nós acompanhados, falta muito além do que as medidas oferecem porque não se trata

de problemas individuais necessariamente, mas fala de uma ausência de investimento em toda uma parcela da população.

Os nós que tecemos aqui, não tratam tão somente de uma juventude, mas sim de uma vida-jovem-nua que é “adultizada”, emudecida sistematicamente e culturalmente exterminada por balas ditas “perdidas”, na qualidade de algo sem alvo ou endereço. São projéteis, abordagens policiais sucessivas e violências institucionais naturalizadas, pois são aqueles que podem ser atingidos por “enganosos” cento e onze tiros<sup>2</sup>.

## **NAS DOBRAS DO TRÁFICO**

O comércio ilegal de drogas emprega muitos meninos negros, pobres e de comunidades, e é um dos principais motivos que os levam para o Sistema. Muitas vezes, é este convívio que gera o sustento, promove diversão e oferta serviços básicos em locais onde o Estado só entra com sua face penal.

Não à toa, muitos jovens afirmam a consciência de que não há como sair do tráfico, afinal, existem poucas políticas públicas que os alcance - sobretudo antes da bala que os alveja. O tráfico por vezes é narrado pelos jovens como uma rede de apoio, que garante subsistência onde antes não havia nada; também é nomeado como um lugar composto por seus amigos e familiares: temos relatos de jovens que aprenderam a traficar muito novos com seus pais. Sair do tráfico pode ser abrir mão de importantes partes da vida, de sociabilidade.

O tráfico, por outro lado, é igualmente narrado como aquilo que distancia e vulnerabiliza familiares. Um dos jovens nos relata que já recebeu ordem para matar o próprio irmão; outro citou o fato de que teve que cortar relações com o pai por ser de uma facção diferente. Esses relatos nos mostram a complexidade das relações, e o quanto pode ser deturpador ou simplista exigir que escolham estar ou não no tráfico, ou que fazer parte dele é simplesmente uma aposta em manter-se na “vida do crime”.

A relação com o tráfico é, no mínimo, ambígua. Cabe citar como exemplo a seguinte história: “eu não tinha costume de ficar perto de bocas de fumo. A única vez que fiz algo lá, fui logo preso, graças a Deus”. Esta afirmação nos pegou de surpresa. Enquanto críticos ao funcionamento rígido, por vezes violento e discriminatório que as instituições socioeducativas podem ser, fizemos a indagação acerca dessa divinização da passagem ao sistema, buscando entender por que, na opinião dele, seria uma graça divina. As instituições e suas práticas frequentemente se destacam em seu teor de opressão, por que afinal seria uma bênção? Segundo Ramos (2021) a cada quatro horas uma pessoa negra é morta em

---

<sup>2</sup> Em referência ao homicídio de cinco jovens, por policiais militares, na região norte do Rio de Janeiro - a chamada “A chacina de Costa Barros”, de 2015.

ações policiais. Na amostra de pessoas que tiveram a casa revistada pela polícia, 79% eram negros, 74% delas tiveram um parente ou amigo morto pela polícia. O jovem que narra o “graças a Deus” viu seu vizinho, que estava na mesma cena que ele, morrer por um tiro. Esta é a perversidade da estrutura social: ao passo em que se é um entrave no projeto genocida de nação brasileira, estar vivo ainda no sistema há de ser glorificado: “estamos guardados aqui”.

Atrelado a isso ouvimos as diferentes formas encontradas pelos jovens de produzir vida nesta realidade, ainda que nas linhas de uma infração e distante do discurso convencional do que deveriam fazer em sua idade. Há relatos como do jovem que aprendeu a se drogar para conseguir executar as ordens, como a de “picotar” alguém - mutilar um corpo de forma que possa ser escondido, e agora, na internação, faz uso de psicotrópicos para conseguir passar o Natal sozinho. Outro que narra as diferentes formas de desbloquear celulares furtados, que aprendeu a roubar aos 10 anos, o que lhe garante acesso ao inalcançável: “eu não tinha nada agora eu tenho tudo”.

A escuta a esses jovens, até no que toca às discussões de gênero, precisa estar pautada no pleito de sua humanidade, que permite espaço às diferentes juventudes, no reconhecimento de seu lugar enquanto sujeito em uma estrutura que o sentencia à marginalidade ou à morte. Trata-se de meninos que ao mesmo tempo em que reproduzem violências contra as namoradas, afirmam “Largo tudo para ficar com ela”. Eles são jovens que, apesar de não verem muitas possibilidades de futuro fora do mundo em que circulam, sonham em serem cozinheiros, cabeleireiros, donos de lojas, maridos e pais e que desejam dar aos filhos tudo àquilo que não tiveram.

Embora os processos judiciais os nomeiem enquanto “réus presos”, reivindicamos aqui a posição deles enquanto adolescentes, aludindo não apenas ao ECA, que norteia o sistema socioeducativo, através de seus princípios, ao Sinase que regula o Sistema, mas também ao que ouvimos de todos os jovens que têm o direito de experimentar uma realidade onde eles possam ser apenas adolescentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em “O parentesco é sempre tido como heterossexual?”, texto que discute a legalização das uniões homossexuais na França, debate que se deu em torno do PACS, que foi aprovado em novembro de 1999, Judith Butler (2003) se pergunta “quem pode desejar o desejo do Estado” (p.233). E segue: “Quem pode desejar o Estado? E quem o Estado pode desejar? De quem será o desejo do Estado?” (p. 234). Quando o menino acha bom estar ali, ele deseja o desejo do Estado? Estas parecem questões interessantes para colocarmos nosso trabalho em análise. O que significa trabalhar em uma instituição do Estado que de alguma forma legitima o racismo, usa de violência, vigia e pune mais que educa? O que significa, de

alguma forma, apostar neste Estado? Como perseguir suas potências, criar em suas brechas, construir relações de confiança com os meninos que lá estão e escolhem, de alguma forma, estar conosco? E estarem conosco pautados na confiança que, como nos alertam Bicalho et al. (2016), não é exatamente um atributo deste tipo de instituição.

A violência para e contra os corpos marginalizados, como destes jovens, está engendrada na normalidade da cultura, na tessitura do que a gente não se pergunta e não vê e por isso mesmo este é um dado que precisa estar presente nas nossas análises e ir conosco a cada vez que nos encontramos com os meninos.

Destaca-se ainda um absoluto distanciamento entre o discurso jurídico e aquilo que chega ao jovem, desde o uso de palavras eruditas até a maneira como as provas são dispostas, onde os policiais são sempre testemunhas dos processos, ainda que nem estivessem na cena desde o início, e os meninos por vezes não têm suas falas consideradas. É frequente o discurso dos meninos sobre provas forjadas, falsamente implantadas, “jogam uma carga pra gente” e a juíza “vai na palavra dele”. São disputas, e umas falas são mais críveis que outras.

Repetidamente, operadores do Direito afirmam que a aplicação de medidas mais duras beneficiaria o próprio jovem, atuando como forma de prevenção, por retirá-lo de um ambiente que definem como pernicioso. A continuidade das medidas por vezes se pauta na expectativa de que o interno compreenda a “gravidade dos erros cometidos”, mas como medir? O que seria este reconhecimento? O que podem significar as evasões da semiliberdade, para além de simples fugas? O que se passa no cotidiano das instituições? O que se passa no entorno que dificulta ou impossibilita o retorno? Quem ouve as vozes daqueles que estão nas instituições? E como se dá esta escuta?

A forma como o Estado entra nas comunidades e a ausência de serviços e políticas destinados a esta população nunca é tema que desperte atenção, cuidado e providências que não sejam punitivas. O que é considerado crime pode vir a ser significado enquanto fortes experiências de adrenalina, de acesso a um poder, de produção de rede e de sobrevivência; formas de produzir realidades e modos de vida impossíveis considerando o cenário mortífero, agenciado pelo Estado, em que eles e nós vivemos (Veiga, 2019).

A aposta nos trabalhos que realizamos com base na Análise Institucional e na própria escrevivência se dá enquanto investimento neste impossível, reconhecendo-o em sua maior potência como a vida que se produz nas fronteiras para onde a bala é endereçada, embora se diga que fora perdida. A epistemologia possível, a partir da aposta de Conceição Evaristo nas Escrevivências, é fazer coro com ela na combinação de não morrer.

Gomes e Lacorde (2018) dizem que o protagonismo da juventude negra é fundamental para politizar a ideia de extermínio, nomeando-o como genocídio, e que suas vozes e nossas mãos, juntas nesta escrevivência, possam elucidar isto. Continuemos vigilantes, colocando nossos corpos, nossos saberes e os lugares de privilégio que ocupamos

para fazer de todos e todas nós agentes no combate ao racismo e ao sexismo que mata todos os dias.

## REFERÊNCIAS

Agamben, G. (2002) *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua*. Ed. UFMG.

Bertrami, L. D. (2021). *Afetos e(m) conexões: uma cartografia feminista por entre dobras e fronteiras de prisões femininas no Brasil e em Portugal*. [Tese de Doutorado não publicada]. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Bicalho, P. P. G., Rossotti, B. G. P. P., & Reishoffer, J. C. (2016). A pesquisa em instituições de preservação da ordem. *Revista Polis e Psique*, 6(1), 85-97.

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238-152X2016000100007&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000100007&lng=pt&tlng=pt)

Butler, J. (2003). O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, (21), 219-260. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332003000200010>

17

Epstein, R., Blake, J., & Gonzalez, T. (2017) *Girlhood interrupted: The erasure of black girls' childhood*. Center on Poverty and Inequality, Georgetown Law. <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3000695>

Evaristo, C. (2008) Vozes-mulheres. In C. Evaristo, *Poemas da recordação e outros movimentos* (3a ed., pp. 24-25). Malê.

Gomes, N. L., & Laborne, A. A. P. (2018) Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. *EDUR – Educação em Revista*, 34, e197406. <https://doi.org/10.1590/0102-4698197406>

hooks, b. (2010). Vivendo de amor. In J. Werneck, M. Mendonça, & E. White (Orgs.). *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe* (pp. 188-198). Pallas/Criola.

Imbrizi, J. M., Souza, M. T. C. L., & Gomes, F. C. (2021). Juventudes em Luta Pela Vida. *Lutas Sociais*, 25(46), 101-110. <https://doi.org/10.23925/lv.v25i46.54827>

Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, (32), 122-151. <https://revistas.ufri.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>

Uziel, A. P., Mello, I. L. S., Pacheco, G. M., & Costa, A. C. P. (2022). "A gente combinamos de não morrer": escrituras de uma pesquisa-intervenção na socioeducação. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 1, e022004.

Nascimento, M. L., & Coimbra, C. M. B. (2008) Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In A. R. Geisler, A. L. Abrahão, & C. M. B. Coimbra (Orgs.), *Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde*. (pp. 143-153). EDUFF.

Neves, G. S., & Heckert, A. L. C. (2021). Escrivência: uma ferramenta metodológica de análise. *Mnemosine*, 17(1), 139-162. <https://doi.org/10.12957/mnemosine.2021.61847>

Ramos, S. (2021). *Pele-alvo: a cor da violência policial*. CESeC.

Rolnik, S. (1989). *Cartografia Sentimental*. Estação Liberdade.

Savegnago, S. D. O., & Castro, L. R. de. (2020). Sentidos de Oportunidade da Escola para Jovens de Classes Populares Cariocas. *Educação & Realidade*, 45(1), e91813. <https://doi.org/10.1590/2175-623691813>

Sawaia, B. (2001). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. Sawaia, *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 96-118). Vozes.

Silva, C. L. S., & Julião, E. (2018). Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no sistema socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro. Degase. <http://iear.uff.br/wp-content/uploads/sites/232/2020/06/Relatorio-Pesquisa-DEGASE.pdf>

Veiga, L. (2019) *Clínica do Impossível: Linhas de Fuga e de Cura*. Telha.

Vergílio, S. S. (2020). *Trajetórias de vida de jovens em situação de privação de liberdade no Estado do Rio de Janeiro: intersecções entre vulnerabilidades, vitimizações e atos infracionais* [Tese de Doutorado em Educação não publicada]. Universidade Federal Fluminense.

Recebido em: 30/10/2022

Reapresentado em: 06/02/2022

Aprovado em: 09/02/2023

---

<sup>1</sup> Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, Pesquisadora do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ) e do Grupo de Estudos e Pesquisas Subjetividades e Instituições em Dobras (GEPsID). E-mail: [uzielap@gmail.com](mailto:uzielap@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7807-3910>

---

<sup>II</sup> Estudante do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [igorluiz97@hotmail.com](mailto:igorluiz97@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2399-5701>

<sup>III</sup> Estudante do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [gabriela.moura0306@gmail.com](mailto:gabriela.moura0306@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3698-3590>

<sup>IV</sup> Estudante do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [carol.paula20@gmail.com](mailto:carol.paula20@gmail.com).